



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Conservação sustentável do património cultural imóvel na cidade de Maputo: o caso da
Fortaleza de Nossa Senhora de Conceição.

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção
do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural na Universidade
Eduardo Mondlane.

Por: **Emília José Nhaguilunguane**

Maputo, 2015

CONSERVAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMOVÉL NA
CIDADE DE MAPUTO: O CASO DA FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DE
CONCEIÇÃO.

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do
grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural da Universidade
Eduardo Mondlane por Emília José Nhaguilunguane

Departamento de Arqueologia e Antropologia
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor: **Albino Pereira de Jesus Jopela**

Maputo, 2015

O Presidente	O Juri: O Supervisor	O Oponente	Data ____/____/____
_____	_____	_____	

Índice

Declaração de originalidade.....	V
Dedicatória.....	IX
Agradecimentos	X
Siglas.....	XII
Resumo	XIII
Capítulo 1. Introdução	14
1.1. Problematização.....	14
1.2. Objectivos do trabalho	15
1.3.Importância do estudo.....	16
1.4.Objecto de estudo.....	16
1.5. Métodos do estudo	18
Capítulo 2. Quadro Teórico-conceitual: Nexos entre Conservação Sustentável do Património e Turismo Cultural.....	19
Capítulo 3. Fortaleza: Elementos Patrimoniais e Significância.....	23
3.1. Descrição física da Fortaleza de Maputo	23
3.2. Enquadramento Histórico da Fortaleza de Maputo	30
3.3. Significado Cultural da Fortaleza de Maputo	32
<i>a) Valor histórico</i>	32
<i>b) Valor de identidade</i>	33
<i>c) Valor social</i>	33
<i>d) Valor económico</i>	34
<i>e) Valor arquitectónico e paisagístico</i>	35
<i>f) Valor turístico</i>	36
Capítulo 4: Conservação da Fortaleza de Maputo	39

4.1. Estado de Conservação da Fortaleza de Maputo	39
4.2. Quadro Legal e Institucional para a Conservação e Gestão da Fortaleza de Maputo.....	42
4.3. Efectividade do Quadro Legal e Institucional para a Conservação e Gestão da Fortaleza de Maputo.....	47
Capítulo 5. Conservação Sustentável da Fortaleza de Maputo.....	49
Capítulo 6. Considerações finais.....	55
Referências Bibliográficas	57
Lista dos Entrevistados	60
Anexos	62

Lista das Figuras

Figura 1. Mapa da Província de Maputo indicando a localização da Fortaleza	17
Figura 2. Mapa da “Baixa” da cidade de Maputo indicando a localização da Fortaleza.....	17
Figura 3. Vista parcial do exterior da Fortaleza de Maputo	23
Figura 4. Vista parcial do interior da Fortaleza de Maputo.	24
Figura 5. Planta da Fortaleza indica a localização das entradas e das galerias.....	25
Figura 6. Maquete da Fortaleza produzida pelos estudantes da Escola Nacional de Artes Visuais.	25
Figura 7. As portas da entrada principal (direita) e da entrada secundária (esquerda) da Fortaleza	25
Figura 8. As janelas e vidros comportadas com madeira na Fortaleza.....	26
Figura 9. Estátua de Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque, na Fortaleza.....	27
Figura 10. Estátua de António José de Orta Enes, na Fortaleza.	27
Figura 11. Painel escultórico de bronze na Fortaleza representando a luta dos portugueses com os povos Vátuas.	27
Figura 12. Painel escultórico de bronze na Fortaleza representando a prisão do Rei Ngungunhyane a 28 de Dezembro de 1895 em Tchaimite, actual província de Gaza.	27
Figura 13. Pedra tumular na Fortaleza de Maputo.....	28
Figura 14. Urna de madeira de Ngungunhyane na Fortaleza de Maputo	29
Figura 15. Mural de azulejo na Fortaleza de Maputo	30
Figura 16. Planta de 1876 ilustrado a Fortaleza de Maputo como parte dos primeiros assentamentos urbanos em Loureço Marques.....	33
Figura 17. Estudantes da Escola Primária 1º de Maio, da cidade de Maputo durante uma visita de estudo a Fortaleza.	34
Figura 18. A Fortaleza sendo usada como objecto de estudo para aulas da cadeira de Arqueologia Marítima pelo curso de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural da UEM.	34
Figura 19. Realização de um evento (conferência de ordem dos advogados) na Fortaleza de Maputo.....	35

Figura 20. Feira de artesanato realizada ao fim-de-semana em frente a Fortaleza de Maputo, na Praça 25 de Junho.	35
Figura 21. Beleza arquitectónica e paisagística da Fortaleza.	36
Figura 22. Vista panorâmica (parcial) da “Baixa” da cidade de Maputo a partir da Fortaleza. ...	36
Figura 23. Turistas visitando a Fortaleza de Maputo.....	37
Figura 24. Efeitos de alguns elementos naturais que afectam a parte exterior das paredes da Fortaleza de Maputo.	40
Figura 25. Efeitos (deposição de lixo) de algumas acções humanas que afectam a parte exterior das paredes e o ambiente circundante da Fortaleza.	41
Figura 26. Quadro institucional indicando a ordem hierárquica de algumas instituições tuteladas pela UEM que são depositárias do património cultural em Moçambique.	45
Figura 27. Organigrama referente a gestão da Fortaleza.	46
Figura 28. Quadro do pessoal na conservação e gestão da Fortaleza.	47

Lista de Tabelas

Tabela 1. Relatório das despesas realizadas com o OGE para a Fortaleza em 2013.....	51
Tabela 2. Valor das receitas arrecadados pela cedência de utilização da Fortaleza de Janeiro a Dezembro de 2014.	51
Tabela 3. Mapa de visitas a Fortaleza de Maputo no mês de Dezembro de 2014.	53

Declaração de originalidade

“Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau de ensino e que a mesma constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicada no texto toda a bibliografia e fontes que utilizei”.

Dedicatória

Dedico esta dissertação a minha mãe Laurentina Paúnde Guilamba e a todos os meus irmãos, em especial o Martins José Muando Nhaguilunguane e Júlio José Muando Nhaguilunguane, por todo apoio financeiro e moral. Dedico igualmente a minha avó e chará Raci Bande Cumbe, que em vida me incentivou a prosseguir com os estudos e a ser perseverante.

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de louvar e agradecer a Deus, pelo amor e protecção que tornaram possível a realização e conclusão deste trabalho.

Gostaria de agradecer a todos os docentes e técnicos do Departamento de Arqueologia e Antropologia, que contribuíram para minha formação. Em especial ao Dr. Albino Jopela, meu supervisor pela paciência na orientação e acompanhamento durante as várias fases de elaboração deste trabalho, bem como pela disponibilização de material bibliográfico sobre a gestão, conservação e sustentabilidade do património cultural. A dra. Matilde Muocha, pela ajuda durante o trabalho de campo, sobretudo pelos preciosos esclarecimentos em matéria de conservação sustentável da Fortaleza Nossa Senhora de Conceição e sua gestão. A Dra. Alda Costa, pela disponibilização de algumas brochuras referentes a Fortaleza de Maputo. Ao Dr. Ricardo Teixeira Duarte e a sua esposa dra. Yolanda Duarte, pelos conselhos, disponibilização de obras referentes a história da Fortaleza e pelas oportunidades de trabalhos de campo durante a minha formação. Ao Professor José Forjaz, pela autorização do uso da imagem da planta da Fortaleza de Maputo. A dra. Ana Atividade, dra. Adelaide Munguambe, ao dr. Moisés Timba e ao dr. Azevedo Mgule, pelo fornecimento de dados estatísticos e outros materiais que muito enriqueceram este trabalho. A dra. Kátia Filipe pelos conselhos e apoio. Agradeço igualmente as senhoras Claudina Filipe e Alzira Mboene e ao senhor Gomes Perreira pelo apoio durante a minha formação.

Os meus agradecimentos são extensivos a minha família, em especial a minha mãe Laurentina Paúnde Guilamba, aos meus irmãos Martíns Nhaguilunguane, Júlio Nhaguilunguane, Armando ;Nhaguilunguane, Florinda Nhaguilunguane, Assucênia Nhaguilunguane, minha cunhada Sandra Duvane, minha prima Catarina Guilamba, pelo incansável apoio material e moral que me proporcionaram durante a minha formação.

Estou igualmente grata aos meus colegas do curso de Arqueologia e Gestão do Património Cultural, particularmente Moisés Malate, Orlando Gulube, Fátima Chale, Maida Tete, Susana Mulhanga, Yara da Cruz, Adriano Albino, Énio Tembe, Albino Momad, Chafim Braga, pelo companheirismo, apoio e atenção durante os anos de formação.

De igual modo agradeço aos meus amigos, Sebastião Nhamitambo, Mário Sevene, Humberto Ricardo, Júlia Muchenga, Dulce Chaúque, Sérgio Artur, Vasco Mbenzane e o Manuel Ndego, pela amizade, apoio e incentivo.

Siglas

AHM	Arquivo Histórico de Moçambique.
CMRHM	Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique.
DAA	Departamento de Arqueologia e Antropologia.
DC-UEM	Direcção de Cultura da Universidade Eduardo Mondlane
DNPC	Direcção Nacional do Património Cultural.
FAPF	Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico.
JAC	Jianghuai Automobile Co. Ltd
ICCROM	Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais.
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza.
PCE	Património Cultural Edificado.
UEM	Universidade Eduardo Mondlane.
UNESCO	Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura.

Resumo

Apesar do reconhecido valor histórico, cultural e arquitectónico atribuído ao património cultural edificado em Moçambique, o mesmo têm-se debatido com vários problemas relativos a sua conservação sustentável. Deste modo, torna-se indispensável a adopção de estratégias com vista a garantir o uso e conservação sustentável desta categoria do património cultural moçambicano. É neste contexto que a presente dissertação procura analisar as questões relativas a conservação sustentável do património cultural edificado, tendo como estudo de caso a Fortaleza Nossa Senhora de Conceição na Baixa da Cidade de Maputo. Este estudo questiona até que ponto os diversos usos correntes da Fortaleza Nossa Senhora de Conceição contribuem para a conservação e salvaguarda dos valores patrimoniais deste imóvel? Contudo, apesar do quadro positivo no que concerne ao balanço entre as despesas operacionais e as receitas arrecadadas de diversas fontes, o estudo revelou a existência de alguns constrangimentos para os usos e a conservação da Fortaleza de Maputo seja considerada sustentável sob o ponto de vista patrimonial. De facto, pode-se dizer que parte das receitas arrecadada pela Fortaleza de Maputo derivam de actividades que muito pouco contribuem para o entendimento e promoção do significado cultural do imóvel.

Palavras-chaves: Conservação sustentável e Património cultural imóvel.

Capítulo 1. Introdução

O património cultural é definido pela Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro 1988 como sendo o conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo povo moçambicano ao longo da história, com relevância para a definição da identidade cultural moçambicana (Ministério da Educação e Cultura 2007:11). Segundo esta Lei, o património cultural é importante pois nele reside a memória do povo moçambicano. Assim, a protecção do património cultural “assegura a perenidade e a transmissão às gerações futuras não só do legado histórico, cultural e artístico dos nossos antepassados como também das conquistas, realizações e valores contemporâneos” (*Ibid.*). O património cultural imóvel da Cidade de Maputo é parte integrante do património cultural moçambicano. Contudo, apesar do seu reconhecido significado, existem na Cidade de Maputo, assim como em varias outras partes do país, imóveis que se apresentam em mau estado de preservação devido a vários factores, de entre eles o abandono e o uso inadequado. Por outro lado, são notáveis alguns casos de bens imóveis do património em aparente bom estado de conservação, alguns deles utilizados para diversas actividades de natureza socioculturais e económicas. Neste contexto, o presente estudo pretende identificar as questões referentes a conservação sustentável do património cultural imóvel da Cidade de Maputo, tendo como estudo de caso a Fortaleza de Nossa Senhora de Conceição.

1.1. Problematização

Existem vários factores que constituem constrangimentos para a eficiente conservação do património cultural imóvel em Moçambique, particularmente na Cidade de Maputo. Segundo Solange Macamo (2007: 1-3) constituem alguns destes factores, a falta de recursos humanos competentes para a conservação integral de bens do património, o fraco conhecimento do património cultural por parte do público em geral, bem como o pouco domínio das categorias classificatórias por parte dos técnicos e das comunidades locais. A combinação destes factores a vários outros tais como abandono de imóveis e o estado de ruínas em que alguns deles se encontram (como ilustra o caso do Prédio Pott, localizado na esquina entre as avenidas 25 de Setembro e Samora Machel), constituem alguns dos problemas que afectam o património edificado na “Baixa” da Cidade de Maputo. Por exemplo, pude observar durante o meu trabalho de campo

na “Baixa” da Cidade de Maputo (em Outubro de 2014), o mau estado de conservação em que se encontra o Monumento da Praça dos Trabalhadores (também conhecido como Monumento da “Mulher Cobra”). A área circundante ao imóvel constitui parque de estacionamento de viaturas, parte do monumento é usada pelos lavadores/polidores de viaturas para pendurar suas ferramentas de trabalho bem como componentes de viaturas (tapetes). O imóvel é igualmente usado como sanitário público e como local de deposição de resíduos sólidos (lixo). O imóvel apresenta inúmeras marcas de grafite, com vários dizeres que cobrem a parte baixa do monumento.

Todavia, contrariando o cenário acima descrito, é notável igualmente a existência de bens imóveis que se apresentam em bom estado de conservação, denotando uma aparente utilização e conservação sustentável dos mesmos. Este é o caso da Fortaleza de Nossa Senhora de Conceição (doravante designada Fortaleza de Maputo), na “Baixa” da Cidade de Maputo. Este imóvel constitui local de eleição para realização de eventos sociais como casamentos, produção de vídeos clipes, programas televisivos, lançamento de livros, bem como ponto de atracção turística na “Baixa” da Cidade de Maputo. Contudo, considerando que a conservação sustentável de um bem do património cultural transcende a sua manutenção física, pressupondo sobretudo a salvaguarda do seu significado cultural, importa aqui questionar: até que ponto os diversos usos correntes da Fortaleza contribuem para a conservação e salvaguarda dos valores patrimoniais deste imóvel?

1.2. Objectivos do trabalho

Objectivo Geral

- a) Identificar as questões relativas a conservação da Fortaleza de Maputo tendo em conta os seus usos correntes.

Objectivos Específicos

- b) Documentar o imóvel e avaliar o significado cultural da Fortaleza de Maputo;
- c) Apresentar os usos correntes da Fortaleza de Maputo e analisar o impacto dos mesmos no estado de conservação do imóvel;
- d) Discutir os problemas da conservação e gestão da Fortaleza de Maputo enquanto bem do património cultural.

1.3. Importância do estudo

A Política de Monumentos de Moçambique considera a “conservação integrada e sustentável” dos monumentos como pré-requisitos para a sua valorização e desenvolvimento do país (Resolução n° 12/2010:134). Neste contexto, a análise dos usos correntes e a relação destes usos com os requisitos referentes a conservação sobretudo para salvaguarda dos valores patrimoniais de um dos bens imóveis emblemáticos da “Baixa” da Cidade de Maputo, irá contribuir para uma melhor compreensão das várias questões (problemas, desafios e oportunidades) referentes a conservação sustentável do património cultural em Moçambique. Este estudo tem o potencial de apontar as principais questões que devem ser tomadas em conta para a adopção de estratégias sustentáveis para a conservação de bens imóveis do património cultural que podem ser aplicáveis a outros imóveis em Moçambique.

1.4. Objecto de estudo

O presente trabalho tem como objecto de estudo a Fortaleza de Nossa Senhora de Conceição. A Fortaleza de Maputo localiza-se junto ao Porto de pesca na “Baixa” da Cidade de Maputo na margem norte da baía de Maputo, no Distrito Municipal KaMpfumo, no Bairro Central “C” (Figura 1). A Fortaleza de Maputo encontra-se junto a Praça 25 de Junho (parte frontal da Fortaleza de Maputo), sendo delimitada pela Rua Timor Leste a Oeste e Rua Ngungunhane a Este. A parte traseira da Fortaleza de Maputo é delimitada pela empresa JAC¹ (Jianghuai Automobile Co. Ltd). A Fortaleza de Maputo tem como coordenadas geográficas 25° 58’ 00” S 32° 34’ 00” E (Figura 2).

¹ A JAC Motors ou Jianghuai Automobile Co. Ltd, é uma empresa chinesa fabricante de automóveis e de ônibus e caminhões que atendem aos diversos segmentos do mercado automobilístico. Fundada em 1964 na China, sob o nome Jianghuai automobile Co.Ltd (Google académico. <https://www.google.com/motors/>, acessado á 27/8/2015).

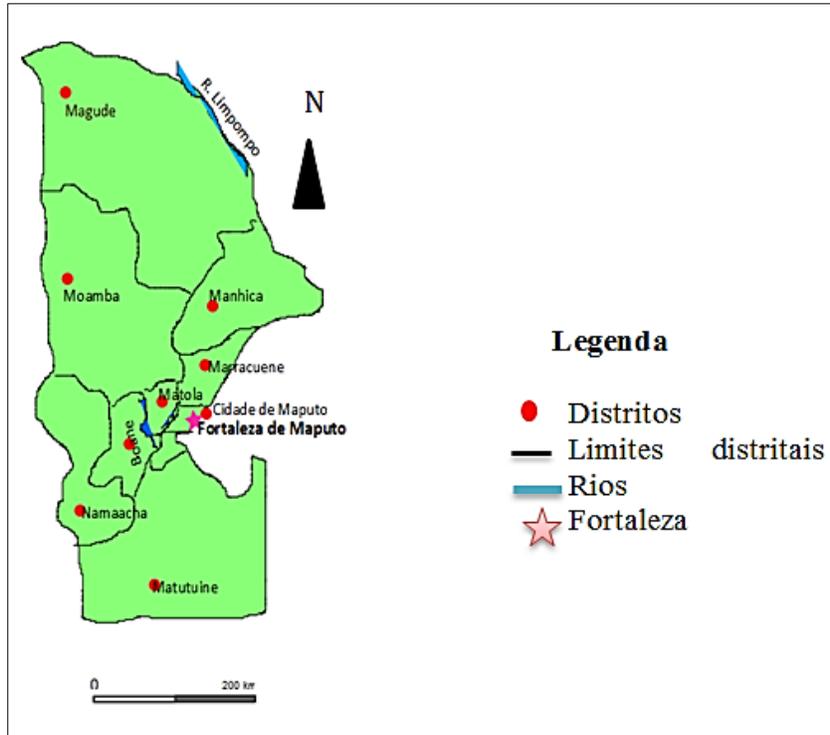


Figura 1. Mapa da Província de Maputo indicando a localização da Fortaleza



Figura 2. Mapa da “Baixa” da cidade de Maputo indicando a localização da Fortaleza (Fonte: maps.google.com, 24 Agosto 2015, adaptado por Orlando Gulube).

1.5. Métodos do estudo

O presente trabalho foi desenvolvido em duas fases. A primeira correspondeu à pesquisa bibliográfica em instituições com considerável acervo documental sobre a temática em estudo, como é o caso do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), Direcção da Cultura da Universidade Eduardo Mondlane (DC- UEM), Direcção Nacional do Património Cultural (DNPC), Biblioteca do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e publicações electrónicas e na Fortaleza de Maputo.

A segunda fase consistiu no trabalho de campo que incluiu visitas guiadas e não guiadas ao imóvel. Este método permitiu a autora familiarizar-se melhor com o imóvel, ter um conhecimento do teor do que os visitantes normalmente fazem ao visitarem a Fortaleza de Maputo, bem como fazer várias observações directas do que acontece no dia-a-dia em termos de usos, conservação e gestão do imóvel. Esta fase incluiu igualmente entrevistas semi-estruturadas com algumas partes interessadas e participantes na conservação e gestão do imóvel, nomeadamente: profissionais afectos a Curadoria da Fortaleza de Maputo, Direcção da Cultura da UEM, assim como indivíduos com actividades ao redor da Fortaleza de Maputo (vendedores, polidores de viaturas) e diversos grupos sociais que normalmente visitam a Fortaleza de Maputo (turistas, estudantes, entre outros).

No que concerne ao plano temático, o trabalho comporta seis capítulos. Após apresentar os aspectos introdutórios e metodológicos do trabalho neste capítulo, o segundo capítulo centra-se na conservação sustentável do património cultural imóvel em Moçambique. O terceiro capítulo é destinado a documentação do objecto de estudo, sendo que o quarto e quinto capítulos tratam concretamente dos aspectos da conservação sustentável da Fortaleza de Nossa Senhora de Conceição apresentado os resultados do trabalho de campo. O sexto e último capítulo são reservados as considerações finais e Guião de entrevistas.

Importa no entanto discutir no capítulo abaixo o quadro teórico- conceptual no qual se inserem os conceitos de conservação sustentável e património cultural imóvel, com vista a contextualizar o tema em causa e os objectivos traçados.

Capítulo 2. Quadro Teórico-conceptual: Nexos entre Conservação Sustentável do Património e Turismo Cultural

De acordo com a Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro, *património cultural imóvel* inclui todos “bens imóveis que pelo seu valor arqueológico, histórico, bibliográfico, artístico e científico fazem parte do património cultural moçambicano” (Ministério da Educação e Cultura 2007:12). O património cultural imóvel subdivide-se pelas categorias de monumentos, conjuntos, locais ou sítios e elementos naturais. Os monumentos incluem, de entre outros:

Edifícios de valor histórico que testemunham a convivência no nosso espaço territorial de diferentes culturas e civilizações tais como as feitorias árabes, templos hindus, mesquitas, igrejas e capelas, antigas fortalezas e outras novas obras de defesa, edifícios públicos e residências, do tempo da implantação colonial, e da época dos prazeiros ou das companhias majestáticas bem como edifícios de particular interesse arquitectónico (Ministério da Educação e Cultura 2007:12).

O conceito de *conjuntos* é definido como sendo “os grupos de edifícios que devido à sua arquitectura, à sua homogeneidade ou à sua inserção na paisagem tenham importância sob o ponto de vista histórico, artístico ou científico” (*Ibid*). Em Moçambique são considerados conjuntos as zonas antigas das principais Cidades como é o caso da Baixa da Cidade de Maputo e a Baixa da Cidade da Beira, bem como núcleos urbanos antigos como são os casos da Ilha do Ibo, no arquipélago das Quirimbas (Província de Cabo Delgado) e a Ilha de Moçambique, na Província de Nampula (Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro).

Tendo em conta que a “deterioração, desaparecimento ou destruição de qualquer parcela do património cultural constitui uma perda irreparável” (Ministério da Educação e Cultura 2007:11) para os moçambicanos e em alguns casos para a humanidade no seu todo (por exemplo, no caso da Ilha de Moçambique classificada Património Cultural Mundial pela UNESCO desde 1991), são necessárias medidas com vista a salvaguarda deste património. O processo com vista a manter ou recuperar as condições originais de um imóvel, garantindo a integridade dos objectos ou estruturas que dele fazem parte é designado por *conservação do património* (Resolução nº 12/2010: 7). A conservação é baseada numa relação com o uso deste imóvel associado aos significados existentes ou inerentes nele. Ela exige uma abordagem muito cuidadosa quando pretende-se mudar ou fazer

se alterações de um lugar não devem distorcer se a sua integridade física ou outra. Conservação de um lugar deve identificar e levar em consideração todos reveste de importância cultural e natural, sem ênfase indevida em qualquer valor em detrimento de outros. A conservação exige a retenção de uma configuração visual apropriada e outras relações que contribuem para manter o significado cultural do lugar. Nova construção, demolição, intrusões ou outras alterações que afectar negativamente o ambiente (Burra 1999: 03-04). Portanto, a ideia de conservar o património para garantir a sua transmissão das gerações presentes para as gerações futuras pressupõe, acima de tudo, o uso adequado e sustentável dos bens patrimoniais (UNESCO *et al.* 2013:19).

A relação existente entre o património cultural e a noção de conservação sustentável (associada a noção de desenvolvimento sustentável) pode ser entendida de duas maneiras. A primeira, como sendo uma preocupação das actuais gerações em sustentar a herança ou legado patrimonial (cultural e natural) recebido tendo o dever de proteger e transmitir esse mesmo legado as gerações futuras. A segunda, como a possível contribuição que o património e a conservação do património podem e devem prestar para o desenvolvimento socioeconómico das comunidades (UNESCO 2013:21). A noção da conservação sustentável no campo do património cultural imóvel comporta alguns aspectos como por exemplo:

- a) Acções de carácter técnico que incluem a pesquisa registo ou documentação;
- b) Avaliação das condições existentes, declaração do significado cultural;
- c) Desenho de estratégias e mecanismos com vista a disseminar a informação sobre o património (educação patrimonial), assim como envolver os depositários do património (comunidades locais) no cuidado permanente e contínuo do desenvolvimento do local (Jopela 2014: 24);
- d) Auto-suficiência financeira do imóvel com vista a custear as despesas inerentes a sua conservação sustentável (Guedes 2011:13; UNESCO *et al* 2013:20).

A noção de auto-suficiência financeira dos bens patrimoniais imóveis está cada vez mais ligada ao *turismo* que de acordo com a Lei n° 4/2004 de 17 de Junho estabelece o quadro legal para o fomento e exercício das actividades turísticas em Moçambique, é o “conjunto de actividades profissionais relacionadas com o transporte, alojamento, alimentação e actividade de lazer destinada a turistas”, acreditando-se que a utilização do património pela actividade turística abre

possibilidades para a conservação e manutenção do imóvel de maneira sustentável. Neste cenário, os depositários do património (comunidades locais) participam nos processos e tem a sua cultura valorizada (Figueiredo 2005: 46). É crescente, de facto, a concepção do turismo como uma actividade impulsionadora das acções conducentes à preservação da natureza e a conservação do património cultural (Robinson & Picard 2006:36). Segundo Filipe (2014: 49) uma das principais motivações de um turista é conhecer a cultura, a história, o artesanato, a gastronomia, os costumes e as variadas manifestações artísticas das comunidades que visita. É, por conseguinte, no contexto desta necessidade que se desenvolve o turismo cultural, entendido como a forma de turismo que busca, de entre outros objectivos, o conhecimento do património cultural, tangível e intangível. O turismo cultural é amplamente entendido como toda movimentação de pessoas em torno de atracções culturais específicas, tais como sítios históricos e manifestações artísticas e culturais, fora de seu lugar próprio de residência (Pérez 2009: 108-110).

Apesar das potencialidades do turismo cultural, um dos maiores desafios de instituições sem fins lucrativos como museus e monumentos, a Fortaleza de Maputo como um exemplo, reside na adopção de estratégias para a geração de *receitas* “ que são todos os produtos, serviços, recursos que estão directamente relacionados com produtos que fazem parte do planeamento orçamentário, permite actualizar as quantidades e valores imputados no planeamento, ou por outra, é a proveniência do dinheiro de uma instituição com fins ou sem fins lucrativos” (Osterwalder 2010: 12).

A geração de receitas em bens patrimoniais imóveis é normalmente feita com recursos a vários mecanismos ou estratégias (Osterwalder 2010: 12), nomeadamente:

- a) Venda de um produto ou serviços como por exemplo livros, impressos, brochuras;
- b) Taxa de uso do imóvel pelas horas ou dias de realização de qualquer actividade ou eventos (por exemplo, casamentos, conferências, lançamento de livros, exposição artística, entre outros) no espaço de aluguer;
- c) Publicidade e marketing, como por exemplo a divulgação em materiais institucionais de eventos/organizações, lançamento de vídeos.

De acordo com Gomes (2011: 8-9) a melhor solução para angariação de receitas para a conservação do património cultural imóvel principalmente para instituições sem fins lucrativos, só pode ser possível através das receitas de fruição, porque os recursos provenientes do Orçamento Geral do Estado são escassos e há que hierarquizar a sua distribuição em face da premência das necessidades públicas. Assim sendo, é imperativo buscar nas potencialidades de fruição difusa oferecidas pelo próprio bem patrimonial. Contudo, reconhece-se que nem todo o património imóvel é possível de render receitas de fruição (pelo menos directas e exclusivas), como é o caso das estátuas, igrejas ou outros imóveis de acesso livre ao público em geral (Gomes 2011: 11-12). Nestes casos, o ideal é conjugar o uso originário actual com a fruição alargada ao público através de iniciativas como visitas, ou mesmo cenários de publicidade, porque o ponto preponderante é que se alcance uma adequada harmonização de direitos dos presentes usuários com a lógica de fruição pública, bem assim como que se respeite a alma do imóvel, não promovendo eventos que o possam violentar, quer pelas suas características da autenticidade e integridade.

Tendo apresentado a discussão dos conceitos chaves no capítulo acima, cabe no capítulo abaixo apresentar o objecto de estudo no que diz respeito a descrição, historial, valores da Fortaleza de Maputo e por fim os aspectos da declaração do significado cultural.

Capítulo 3. Fortaleza: Elementos Patrimoniais e Significância

3.1. Descrição física da Fortaleza de Maputo

A Fortaleza de Maputo é um monumento histórico caracterizado pelas robustas paredes em alvenaria de tijolos vermelhos (pedra e cal) e com alguns componentes em betão (Figuras 3 e 4). A Direcção Nacional de Geologia de Moçambique classifica a pedra da construção da Fortaleza de Maputo como pedra de grés, cuja composição base é areia de granulometria variável e com matrizes que variam entre calcária e argilosa e com a presença de material ferroso, que dá à pedra a cor avermelhada (Caldeira *et al.* 2010:12). O Mapa geológico da Cidade de Maputo confirma a existência da pedra de grés na ponta vermelha, área actualmente urbanizada de onde, segundo registos históricos, foi retirada a pedra para construção da Fortaleza de Maputo (*Ibid*). A Fortaleza de Maputo assemelha-se a vários outras muralhas de origem Portuguesa espalhados pela costa oriental Africana.



Figura 3. Vista parcial do exterior da Fortaleza de Maputo (Foto de Emília Nhaguilunguane, 2015).



Figura 4. Vista parcial do interior da Fortaleza de Maputo (cortesia de Albino Jopela, 2015).

A Fortaleza de Maputo apresenta uma planta rectangular com dois baluartes no cimo dos muros, feitos por rampas dentadas e um terraço com a argamassa gordurosa que serve para drenar água das chuvas (Figuras 5 e 6) (Lage & Carilho 2010: 28). O imóvel dispõe de várias salas que têm sido usadas para exposições temporárias e periódicas. Parte da Fortaleza de Maputo apresenta uma cobertura plana em laje de betão que foi sendo progressivamente substituída pelo facto desta acumular e absorver água da chuva, provocando infiltração no interior do edifício. Em outras secções da Fortaleza de Maputo a cobertura é feita em chapa metálica que foi introduzida, na intervenção feita em 2000 pela empresa José Forjaz Arquitectos, para solucionar o problema de infiltração que o edifício apresentava (Caldeira *et al.* 2010: 12).

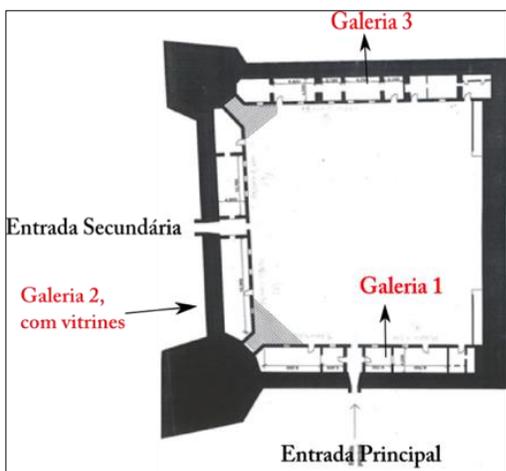


Figura 5. Planta da Fortaleza indica a localização das entradas e das galerias: (cortesia de José Forjaz 2001).



Figura 6. Maquete da Fortaleza produzida pelos estudantes da Escola Nacional de Artes Visuais (Foto de Emília Nhaguilunguane 2015).

Existem duas portas originais maiores, feitas a madeira maciça, uma que se encontra na rua de Timor Leste e a outra na Praça 25 de Junho (Figura 7). As mesmas apresentam um sistema de travamento característico de muralhas fortificadas que são feitas através de dois pedaços de madeira metidos na parede que atravessam a extensão da porta. O imóvel apresenta ainda janelas e vidros comportados em madeira, estas que foram desenhadas no período da reabilitação acima referido (Figura 8).

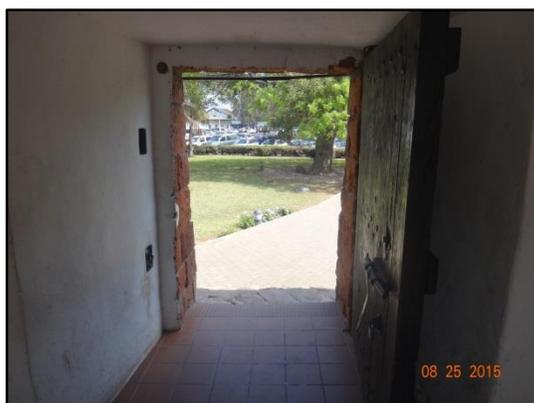


Figura 7. As portas da entrada principal (direita) e da entrada secundária (esquerda) da Fortaleza (Fotos de Emília Nhaguilunguane 2015).



Figura 8. As janelas e vidros comportadas com madeira na Fortaleza (Fotos de Emília Nhaguilunguane 2015).

No seu interior, a Fortaleza de Maputo apresenta um aglomerado de bens materiais ali depositados resultante de diferentes períodos da evolução do imóvel, testemunhando não só os vários eventos da história de Moçambique mas também o papel que a Fortaleza de Maputo desempenhou ao longo dos anos. Por exemplo, o período das chamadas campanhas militares de pacificação (entre 1890 e 1920) com vista a ocupação efectiva do território por parte de Portugal é testemunhado pelas estátuas de Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque oficial do exército Português que se notabilizou pela captura de Ngungunhyane, imperador do Estado de Gaza, em Tchaimite em 1895 (Barreto 2011: 6). Mouzinho de Albuquerque liderou igualmente a subsequente campanha de pacificação que consistiu na subjugação das populações locais à administração colonial Portuguesa (Wheeler 1980) ver (Figura 9) e de António José de Orta Enes político e jornalista, foi secretário de Estado para a Marinha e as Colónias no governo de Lisboa no início da década de 1890, tendo sido enviado a Moçambique logo de seguida para uma avaliação da situação. Dessa viagem resultou o famoso relatório Moçambique que ditou as estratégias para a colonização. Nomeado Comissário Régio em Moçambique, António Enes iniciou a conquista efectiva do território. A ele se deve legislação sobre organização do exército colonial e administração civil bem como outras varias áreas (Cabaço 2007: 74) ver (Figura 10) bem como pelos painéis escultóricos de bronze representando as lutas dos Portugueses com os povos Vátuas (Figura 11) e os Nguni, este último,

referente a prisão do Rei Ngungunhyane, a 28 de Dezembro de 1895 em Tchaimite (Figura 12), bem como as pedras tumulares da antiga Fortaleza de Sofala (Figura 13).



Figura 9. Estátua de Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque, na Fortaleza (Foto de Emília Nhaguilunguane 2015).



Figura 10. Estátua de António José de Orta Enes, na Fortaleza (Foto de Emília Nhaguilunguane 2015).



Figura 11. Painel escultórico de bronze na Fortaleza representando a luta dos portugueses com os povos Vátuas (Foto de Emília Nhaguilunguane 2015).

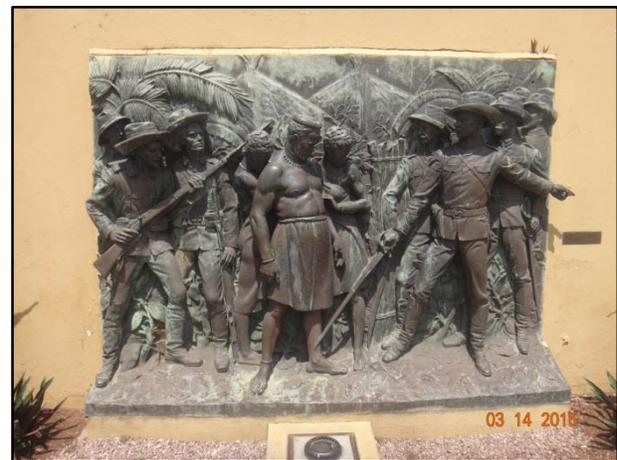


Figura 12. Painel escultórico de bronze na Fortaleza representando a prisão do Rei Ngungunhyane a 28 de Dezembro de 1895 em Tchaimite, actual província de Gaza (Foto de Emília Nhaguilunguane 2015).



Figura 13. Pedra tumular na Fortaleza de Maputo (Fotos de Emília Nhaguilunguane 2015).

O papel museológico da Fortaleza de Maputo no período pós-independência é testemunhado, por exemplo, pela urna de madeira contendo os restos mortais do Rei Ngungunhyane, na sala que antes foi a capela da Fortaleza de Maputo reconstruída nos anos 40 do século XX. Os restos mortais de Ngungunhyane foram simbolicamente entregues ao então Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, aquando da sua visita oficial a Portugal em 1983. Posteriormente, nas vésperas da comemoração do 10º aniversário da Independência Nacional em 1985, Moçambique recebeu os restos mortais de Ngungunhyane contidos na urna de madeira esculpida por Paulo Come (Barreto 2011: 6). Após cerimónia oficial na Sala Nobre do edifício do Conselho

Municipal de Maputo, a urna de Ngungunhyane foi então levada para a Fortaleza de Maputo (Figura 14).



Figura 14. Urna de madeira de Ngungunhyane na Fortaleza de Maputo (Foto de Emília Nhaguilunguane 2015).

Elementos patrimoniais mais recentes estão também presentes na Fortaleza de Maputo como é o caso do painel de azulejo da autoria de dois artistas Portugueses, José Emídio e Aberto Pésimo, como resultado de uma acção de cooperação entre a Cooperativa Árvore do Porto e a Direcção da Cultura da Universidade Eduardo Mondlane (Figura 15).



Figura 15. Mural de azulejo na Fortaleza de Maputo (Foto de Emília Nhaguilunguane 2015).

3.2. Enquadramento Histórico da Fortaleza de Maputo

Existem várias narrativas sobre a construção da Fortaleza da Fortaleza. Acredita-se que por volta de 1721 os Holandeses fundaram o forte Lagoa na margem direita do Rio Espírito Santo (Maputo), no local da Ponta Mahone (KaTembe), tendo abandonado o forte em 1730. Posteriormente, os Austríacos ergueram, em 1777 uma feitoria no mesmo local para comércio de escravos, tendo sido destruída em 1781 por uma expedição portuguesa vinda de Goa (Lima 1966:145). Segundo Alexandre Lobato (1948), diversos documentos sugerem que a construção da Fortaleza remonta a 1782 quando foi erguida a primeira fortificação portuguesa estabelecida na margem esquerda da Baía de Maputo, que iniciou com a fundação do Presídio de Nossa Senhora de Conceição, erguido pelo seu primeiro Governador, Joaquim de Araújo. Uma feitoria ou presídio para proteger o comércio português na Baía, ao invés de uma simples palhota, foi construída por barricadas de madeira, zinco e arame farpado, cuja defesa se encontrava já há cargo do governador João da Costa Soares (Lobato 1948: 104). Posteriormente, este estabelecimento de colonização militar foi-se transformando num forte, tendo a sua construção sido concluída em 1787. Em 1796 esta fortificação foi arrasada por piratas franceses, mas estes acabaram por abandonar a zona, atacados

por malária e outras doenças. O forte português foi então reconstruído pelo tenente Luís José, sendo inaugurado em 25 de Agosto de 1799 ainda com material precário (Lima 1966: 145). Conta-se igualmente que a imponente árvore que se vislumbra à entrada da fortaleza, é uma relíquia, pois nela os guerreiros Vátuas enforcaram, em 1883, o capturado governador do presídio de Lourenço Marques, Dionísio António Ribeiro (Rosa de Oliveira 1965: 191-193).

Após a sua criação em 1947, a Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique (CMRHM) que tinha como objectivo de investigar, classificar, restaurar, conservar, divulgar e promover os monumentos e relíquias históricas da antiga colónia de Moçambique, classificou a Fortaleza de Nossa Senhora de Conceição como monumento nacional (Mucavele 2012: 12). A CMRHM optou pela reconstrução da velha Fortaleza que se encontrava em avançado estado de degradação. Após o trabalho de reconstrução, já nos finais da década de 1950, foi instalado o Museu Histórico Militar.

Após a independência o Museu Histórico Militar foi desactivado o que contribuiu para acelerar a degradação da Fortaleza de Maputo. Posteriormente, a Fortaleza de Maputo passou a funcionar como espaço de exposição e até hoje possui uma colecção de materiais militares e religiosos que foram utilizados durante o processo de colonização em Moçambique. Com o advento da independência, diversos monumentos coloniais foram retirados dos locais originais, uma parte destes elementos foi depositada na Fortaleza de Maputo, enriquecendo o seu espólio. Fazem parte deste conjunto as estátuas de António Enes que estava na Praça 25 de Junho e de Mouzinho de Albuquerque que se encontrava na Praça da Independência entrevista com (Matilde Muocha, Maputo, 18/09/2014). No ano de 2000 a empresa José Forjaz Arquitectos levou a cabo o projecto de reabilitação da Fortaleza de Maputo que se encontrava em avançado estado de degradação, devido a problemas de infiltração. As principais intervenções feitas centraram-se nas seguintes áreas:

- Remoção e desenho das janelas, com um sistema de 2 folhas de vidro, apropriando um novo desenho ao contexto do edifício;
- Desenho do tratamento do terreno exterior ao edifício- que inclui plantio de relva em toda a área e a pavimentação de uma rampa de entrada;

- Eliminação dos problemas de infiltração da cobertura- onde foi colocada uma chapa metálica *klip-lock*, com uma inclinação mínima que direcciona a água para uma caleira impermeabilizada com ralos para escoar a água;
- Revestimento do pavimento em mosaico cerâmico por cima do antigo pavimento em cimento queimado;
- Instalação eléctrica, colocação de luminárias adequadas para salas de exposição e de equipamentos para exposições permanentes (que já não existem);
- Desenho do pátio interior incluindo colocação de pavimentos, peças históricas e de iluminação exterior na forma de luminárias em postes no pátio e distribuição de lâmpadas no pavimento ao longo do perímetro do pátio, que actualmente funcionam de forma precária (Caldeira *et al.* 2010: 4).

Tendo apresentado os aspectos em torno da descrição do objecto do estudo no capítulo acima, cabe no capítulo abaixo apresentar os valores da Fortaleza de Maputo e por fim os aspectos da declaração do significado cultural.

3.3. Significado Cultural da Fortaleza de Maputo

A Fortaleza de Maputo tem um conjunto de valores que a seguir apresenta-se:

a) Valor histórico

A Fortaleza de Maputo constituiu uma parte integrante do património edificado moçambicano relacionado com a história da presença Portuguesa em Moçambique bem como das rivalidades entre as diversas potências Europeias que tinham interesses imperialistas na região Austral de África. A Fortaleza de Maputo constitui um importante testemunho da história do surgimento da Cidade de Lourenço Marques, actual Maputo, tendo sido a primeira construção que esteve no desenvolvimento e estruturação do núcleo urbano da Cidade no século XVIII (Figura 16) (Silva 1945/Sp).

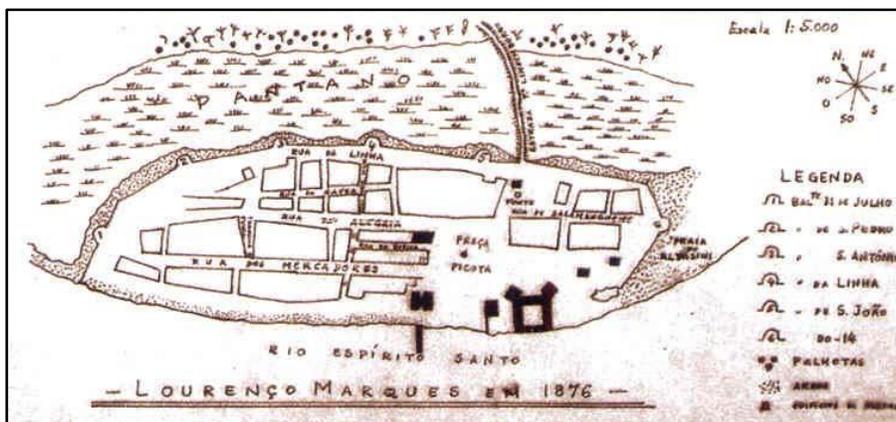


Figura 16. Planta de 1876 ilustrado a Fortaleza de Maputo como parte dos primeiros assentamentos urbanos em Loureço Marques (Fonte: Jenkins 2009: 3).

b) Valor de identidade

A Fortaleza de Maputo recebe actualmente alguns grupos Ngunis supostos descendentes de Ngungunyane para realização de um ritual “*massukulu ya mhamba*” (início de uma grande cerimónia). Constitui um importante espaço das memórias relacionadas com a resistência das populações locais a ocupação Europeia e representa igualmente um marco identitário para alguns grupos sociais (moçambicanos e portugueses) sendo parte de um conjunto de Fortes de origem Portuguesa na costa Austral e Oriental Africana, entrevista com (Matilde Muocha, Maputo, Fortaleza de Maputo 18/9/ 2014).

c) Valor social.

Actualmente a Fortaleza de Maputo está integrada em várias actividades ou eventos socioculturais com destaque para exposições de arte, pesquisas científicas, lançamentos de livro e CDs. O imóvel é visitado por turistas nacionais e estrangeiros, igualmente usado como local de aprendizagem (por exemplo, visitas de estudo por parte de várias escolas da província de Maputo; aulas de piano para a formação de orquestras e coros). A Fortaleza de Maputo constitui um local de lazer e panorâmico para sessões de fotografia por amadores e profissionais, como cenários de programas televisivos (gravação de documentários e filmagens) e realização de eventos como casamentos (Figuras 17-

18).



Figura 17. Estudantes da Escola Primária 1º de Maio, da cidade de Maputo durante uma visita de estudo a Fortaleza (Foto de Emília Nhaguilunguane 2015).



Figura 18. A Fortaleza sendo usada como objecto de estudo para aulas da cadeira de Arqueologia Marítima pelo curso de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural da UEM (Foto de Emília Nhaguilunguane 2015).

d) Valor económico.

Parte das actividades acima mencionadas (por exemplo, casamentos, festas de aniversário, lançamentos de CDs ou gravação de vídeos-clips) contribuem para a geração de receitas internas da Fortaleza de Maputo através do pagamento de taxas de uso (Figura 19). Por outro lado, a Fortaleza constitui um importante ponto de atracção turística sendo visitada por inúmeros turistas, principalmente estrangeiros que por diversas razões passam pela Cidade de Maputo. Apesar dos benefícios económicos do turismo associado a Fortaleza de Maputo não se traduzirem em receitas directas cobradas pelo acesso ao imóvel (por exemplo, bilhete de ingresso) pelo facto de o acesso ser gratuito, alguns vendedores de artigos como vestuário (capulanas) e objectos de artesanato na Praça 25 de Junho, mesmo em frente a Fortaleza de Maputo (Figura 20), consideram os turistas que visitam a Fortaleza de Maputo como sendo um dos principais clientes que tem comprado os seus produtos, entrevista com (Paulo Danúbio vendedor na Praça 25 de Junho, Maputo 19/08/2014). Portanto, a Fortaleza de Maputo contribui de certa forma para as actividades económicas que se desenvolvem em seu redor.



Figura 19. Realização de um evento (conferência de ordem dos advogados) na Fortaleza de Maputo (Foto de Emília Nhaguilunguane 2015).



Figura 20. Feira de artesanato realizada ao fim-de-semana em frente a Fortaleza de Maputo, na Praça 25 de Junho (Foto de Emília Nhaguilunguane 2015).

e) Valor arquitectónico e paisagístico

Representa uma construção arquitectónica excepcional e única na província de Maputo. Os materiais usados (pedra e cal, com o uso de argamassa) e com uma forma de pirâmide rectangular, terraço com argamassa gordurosa (Silva 1945: sp). A forma do edifício deriva de uma forma geométrica simples, onde o acréscimo dos baluartes, que normalmente surge em pontos estratégicos para a defesa, são orientados para o continente sem nenhuma razão aparente, uma vez que historicamente a maior ameaça para a baía de Maputo veio do mar. A sua localização que apresenta uma paisagem bonita da Cidade de Maputo, uma vista do mar tornando este um lugar de maior interesse, um local ideal para lazer, entrevista com (Bernadete Sampaio, turista, Fortaleza de Maputo 6/09/ 2014) (Figuras 21 e 22).



Figura 21. Beleza arquitectónica e paisagística da Fortaleza (Foto de Emília Nhaguilunguane 2015).



Figura 22. Vista panorâmica (parcial) da “Baixa” da cidade de Maputo a partir da Fortaleza (cortesia de Albino Jopela 2015).

f) Valor turístico

A Fortaleza de Maputo é um dos locais de visita “obrigatória” para quem visita a Cidade de Maputo, figurando nos principais catálogos turísticos sobre a capital do país. Por exemplo, na (revista de bordo das Linhas Aéreas de Moçambique) a Fortaleza de Maputo é descrita nos seguintes termos: “Um belo forte no centro da Cidade é uma viagem ao passado nada glorioso da

escravidão em Moçambique. O forte é uma óptima atracção turística e encanta pela vista da baía de Maputo”.



Figura 23. Turistas visitando a Fortaleza de Maputo (Fotos de Emília Nhaguilunguane 2015).

Esta concepção teórica dos valores patrimoniais da Fortaleza de Maputo possibilitou também a avaliação do significado cultural, que Segundo Zancheti *et al.* (2008: 7-8) a significância cultural pode ser entendido como todo o conjunto de valores que resultam do julgamento e da validação social de significados passados e presentes de um bem cultural (móvel ou imóvel). A declaração de significância cultural é feita no presente e utiliza como referência os significados e valores do passado apoiado em instrumentos de memória reconhecidos pela sociedade. Para Jopela (2014: 31) significado ou valor do património cultural imóvel é a atribuição social relativa de qualidade que se dá aos mesmos. Este valor depende do contexto sociocultural, político-ideológico e económico de cada sociedade e pode mudar ao longo do tempo. Podem subdividir-se em duas grandes categorias, nomeadamente: valores culturais que incluem valor histórico, valor de identidade, valor arqueológico e valor artístico, bem como valores socioeconómicos contemporâneas que incluem valor social, valor económico, valor político-patriótico, valor local, nacional e universal. No grupo dos valores, o valor histórico reconhece a contribuição que um lugar prestou para o conhecimento sobre o passado, que pode ser típico ou ser um exemplo bem conservado de uma cultura, grupo, época, tipo de actividade humana ou pode associar-se a um indivíduo particular (Jopela 2014: 32). O valor de identidade está relacionado com o vínculo emocional (espiritual, religioso, simbólico, político, patriótico) da sociedade, em relação a um

objecto ou estação (Jopela 2014: 33). Por sua vez, o valor artístico pode residir na beleza do desenho arquitectónico, a sua singularidade no estilo, desenvolvimento artístico ou por ser um comprovativo do elevado nível de criatividade humana (Jopela 2014: 35). O valor arqueológico é característico de um lugar que proporciona, ou tem um potencial para produzir conhecimento que não se pode obter em nenhum outro lugar (Jopela 2014: 36).

Na categoria dos valores socioeconómicos contemporâneas, é referentes as qualidades pelas quais o lugar se tornou um foco espiritual ou de outras manifestações culturais. Está relacionado com actividades sociais tradicionais e o uso compatível do lugar no presente. Envolve, igualmente, uma interação social contemporânea do património cultural imóvel com a comunidade, jogando um papel preponderante no estabelecimento da identidade cultural (Jopela 2014: 37). Por seu turno, o valor económico é entendido como o valor gerado pelos bens culturais (recursos patrimoniais), ou pela acção da sua conservação, nomeadamente através do turismo cultural (Jopela 2014: 39). O valor político-patriótico está relacionado com eventos específicos na história do bem cultural, no contexto nacional ou regional (Jopela 2014: 40). Para além do seu significado para comunidades locais e uma nação no seu todo, o património imóvel pode ser considerado como tendo valor universal excepcional, no caso em que a importância cultural do bem patrimonial transcende as fronteiras nacionais e ao mesmo tempo quando se revestem de carácter inestimável para as gerações actuais e futuras (Jopela 2014: 41).

Portanto constatou-se que os usos apresentados dentro do levantamento dos valores da Fortaleza de Maputo, nem todos se compadecem com a salvaguarda dos valores do património do imóvel, e há fraco conhecimento sobre os valores que a Fortaleza de Maputo possui. No capítulo que se segue apresentar-se o estado de conservação e a gestão da Fortaleza de Maputo.

Capítulo 4: Conservação da Fortaleza de Maputo

4.1. Estado de Conservação da Fortaleza de Maputo

A deterioração dos bens do património cultural imóvel é um processo natural e irreversível que pode ser retardado mas não se pode evitar. Os bens imóveis estão constantemente a deteriorar-se devido a mudanças físicas, biológicas e químicas, que ocorrem ao longo do tempo (deterioração natural) (Jopela 2014: 12). Ou seja, os bens patrimoniais materiais estão sujeitos a um processo de deterioração natural. Contudo, a velocidade com que a deterioração dos bens imóveis ocorre deve-se em grande medida as acções humanas (deterioração artificial).

O estado de conservação da Fortaleza de Maputo é definido pelo impacto das acções de factores/elementos naturais e humanos. De acordo com o relatório produzido pela empresa José Forjaz Arquitectos aquando da reabilitação da Fortaleza de Maputo em 2000, as condições climáticas como resultantes do sol, chuva e humidade constituem as principais causas naturais de degradação do imóvel. Por exemplo, a crescente deterioração da pedra resulta do facto desta estar exposta à água do mar (com elevado níveis de salinidade) dada a localização da Fortaleza de Maputo junto a Baía. Por seu turno, a chuva é um dos agentes responsáveis pelo escurecimento e desintegração da pedra criando rápido crescimento de microrganismos, musgos, plantas que gradualmente destroem as paredes do imóvel (Figura 24). A humidade é um dos agentes responsáveis pelo desgaste da madeira, apodrecimento parcial da estrutura de cobertura; descasque da tinta das paredes internas e a infiltração nas paredes (Caldeira *et al.* 2010: 11).



Figura 24. Efeitos de alguns elementos naturais que afectam a parte exterior das paredes da Fortaleza de Maputo (Fotos de Emília Nhaguilunguane 2014).

Para além dos factores naturais acima referidos, algumas acções humanas constituem igualmente problema no que tange a conservação do imóvel. Por exemplo, um dos muros da Fortaleza de Maputo (na Rua Ngungunhyane) faz parte do “mercado do peixe” que funciona mesmo em frente ao Porto de Maputo. Como resultado, esta parte do imóvel é afectada pela deposição de água que dada a deficiência/inexistência de um sistema de escoamento adequado fica muito tempo ali estagnada. O ambiente pouco higiénico que resulta desta actividade é agravado pela tendência de deposição de lixo e uso do mural da Fortaleza como latrina pública (Figura 25).



Figura 25. Efeitos (deposição de lixo) de algumas acções humanas que afectam a parte exterior das paredes e o ambiente circundante da Fortaleza (Fotos de Emília Nhaguilunguane 2015).

Contudo, os problemas acima referidos não são suficientes para se concluir que a Fortaleza de Maputo se encontra em mau estado de conservação, isso porque tais problemas que estão localizados (não afectam a estrutura toda do imóvel) e também porque a conservação e gestão transcendem os elementos físicos dos bens patrimoniais. De facto, apesar da conservação de bens patrimoniais ter como objectivo preservar para o futuro, manter ou recuperar as condições originais de um imóvel, garantindo a integridade dos objectos ou estruturas que dele fazem parte (Jopela 2014: 7), a mesma deve ser entendida, no seu sentido mais amplo, como “todos os processos de cuidado de um sítio de modo a manter o seu significado cultural”. A conservação baseia-se no respeito pela estrutura, uso, associações e significados existentes (ICOMOS 1999: 6). Acresce-se também o facto de que a avaliação do estado de conservação de um imóvel inclui igualmente uma consideração sobre a integridade, ou a “medida da inteireza e de estar intacto do património natural

e/ou cultural e seus atributos” (UNESCO 2005: 22). Assim, a avaliação das condições de integridade de um imóvel como a Fortaleza de Maputo requer que se analise igualmente até que ponto o imóvel inclui todos os elementos necessários para expressar os seus valores; assegura a completa representação das características e processos que lhe conferem significado cultural; ou sofrera efeitos adversos resultantes do desenvolvimento e/ou negligência (Stovel 2007: 26). Assim, pode-se afirmar que apesar de alguns constrangimentos que afectam o estado de conservação, a Fortaleza preserva os seus valores patrimoniais tendo em conta que a mesma mantém elementos importantes como o seu contexto físico e enquadramento, a forma e concepção, usos compatíveis com os seus valores patrimoniais. Contudo, importa analisar com mais detalhe o quadro legal e institucional no qual se inserem os processos de conservação e gestão da Fortaleza.

4.2. Quadro Legal e Institucional para a Conservação e Gestão da Fortaleza de Maputo

O quadro legal para a conservação e gestão da Fortaleza de Maputo é norteado por três principais instrumentos legislativos a saber:

- a) Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro sobre a Protecção do Património Cultural que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano. Esta Lei aplica-se a todos bens do Património Cultural em geral, quer esteja na posse do estado e dos organismos de direito público, quer seja de propriedade privada, sem prejuízo dos direitos de propriedade que couberem aos respectivos titulares.

- b) Resolução 12/2010 de 2 de Junho, que aprova a Política dos Monumentos, que tem como âmbito de acção os bens imóveis do património cultural integrados na história de Moçambique. O seu principal objectivo é promover a valorização, preservação e fruição do património cultural Moçambicano, usando os monumentos como fonte de identidade nacional. Abrange os monumentos, conjunto e sítios, de acordo com o critério de valor local, nacional ou universal que estes bens representam. Este instrumento legal formula igualmente os princípios orientadores com vista a garantir a preservação e valorização dos Monumentos.
- c) Resolução nº 11/2010 de 2 de Junho sobre Política de Museus. Tem como objecto a preservação e valorização dos bens móveis do Património Cultural de Moçambique.

Para além dos dispositivos legais aplicáveis a todos os bens do património cultural imóvel em Moçambique, a Fortaleza é regida por documentos normativos internos para conservação sustentável do mesmo como é o caso das Normas e condições de cedência do espaço da Fortaleza de Maputo e Termos de Uso de Fotografia e Filmagens.

- a) As Normas e Condições de Cedência do Espaço da Fortaleza (salas e jardins) estabelecem os procedimentos para o pedido e utilização dos referidos espaços. O pedido deve ser apresentado por escrito, com a necessária antecedência (uma semana antes), à Direcção de Cultura da UEM referindo o evento, datas pretendidas, descrição do conteúdo da acção/evento, duração, número de pessoas participantes e/ou outras informações relevantes. Em caso de aceitação será assinado um contrato entre as partes interessadas.
- b) Os Termos de Uso de Fotografia e Filmagens (TUFF) abrangem todos os interessados (amadores/profissionais) em realizar sessões de fotografia para cenários de programas televisivos, para gravação de documentários e/ou filmagens e sessões de fotografia de casamentos. Os TUFF descrevem todos os procedimentos da utilização do espaço incluindo a selecção cuidada dos locais a fotografar ou filmar de modo a não prejudicar a preservação do monumento, o respeito dos créditos da fortaleza se o uso das imagens

estiver destinado a alguma publicação.

Por seu turno, o quadro institucional da Fortaleza de Maputo é composto pela Curadoria da Fortaleza de Maputo que esta sob tutela da Direcção de Cultura da Universidade Eduardo Mondlane.

a) Universidade Eduardo Mondlane

A Universidade Eduardo Mondlane (UEM), fundada em 1962, é a mais antiga instituição de ensino superior pública moçambicana. A UEM tem a sua sede e a maioria das faculdades no Campus Universitário em Maputo, encontrando-se uma delegação da Faculdade de Direito na Beira, a Escola Superior de Hotelaria e Turismo na cidade de Inhambane e tendo sido recentemente inaugurada a Escola Superior de Ciências Marinhas em Quelimane (www.uem.mz, acessado a 25 de Agosto de 2015). A UEM é, de acordo com a Lei 10/88 de 22 de Dezembro, depositária de alguns bens do património cultural Moçambicano. Para além da Fortaleza, a UEM é depositária do património arquivístico presente no Arquivo Histórico de Moçambique, do património arqueológico no espólio do Departamento de Arqueologia e Antropologia e do património museológico em instituições como a Galeria de Arte da UEM, o Museu da Moeda ou o Museu de História Natural e a Fortaleza de Maputo.

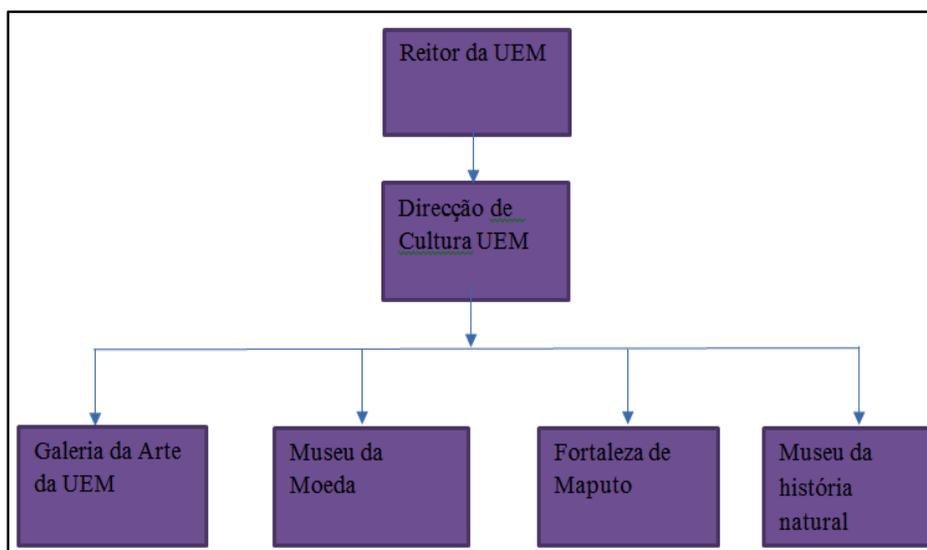


Figura 26. Quadro institucional indicando a ordem hierárquica de algumas instituições tuteladas pela UEM que são depositárias do património cultural em Moçambique (Emília Nhaguilunguane 2015).

b) Direcção de Cultura da UEM

A Direcção de Cultura da UEM é um órgão com funções na área académica e na área recreativa, criado em 1999 associada a área do desporto mas que desde 2007 tornou-se independente. Aplica ao nível da UEM, a política cultural do país garantindo o cumprimento das políticas nacionais sectoriais (monumentos, museus e outras) contribuindo assim para o desenvolvimento cultural e para uma boa gestão do património cultural da universidade. Promove a identificação, a conservação, o estudo e a divulgação dos recursos culturais da UEM incluindo o conjunto de bens relacionados com o legado histórico, artístico, e científico (entrevista com Alda Costa 23/ 09/ 2014). Tem a seu cargo a gestão/ interpretação da Fortaleza de Maputo desde 1999.

c) Curadoria da Fortaleza de Maputo

A Curadoria da Fortaleza de Maputo é a entidade que gere directamente a Fortaleza, sendo responsável pela gestão do acervo (coleções) existente na Fortaleza. A Curadoria é igualmente responsável pela área da investigação, a gerência do público (visitas e actividades), administração

e gestão de aspectos logísticos da Fortaleza de Maputo (ver organigrama da gestão da Fortaleza, Figura 27).

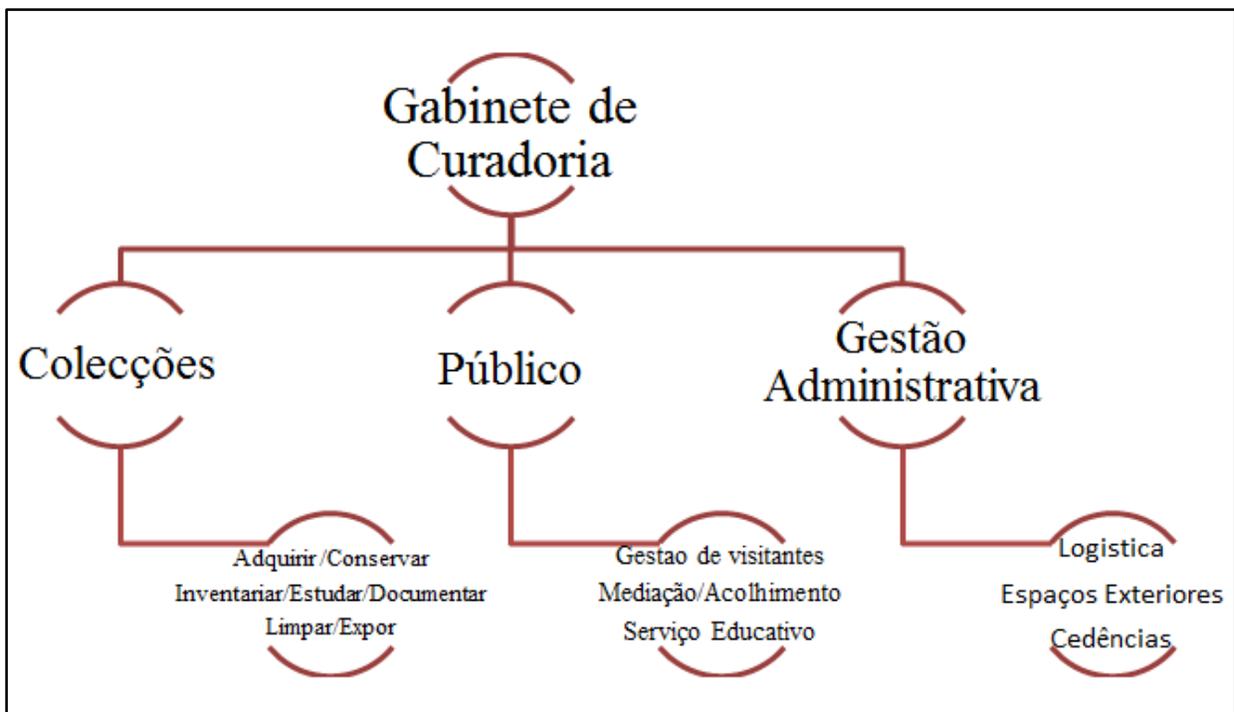


Figura 27. Organigrama referente a gestão da Fortaleza (cortesia de Matilde Muocha 2014).

A Curadoria é dotada de um quadro de pessoa composto por 12 técnicos distribuídos pelas áreas de Curadora, Documentalista, técnico de exposições, recepcionista, pianista, seguranças, jardineiros e auxiliares (Figura 28).

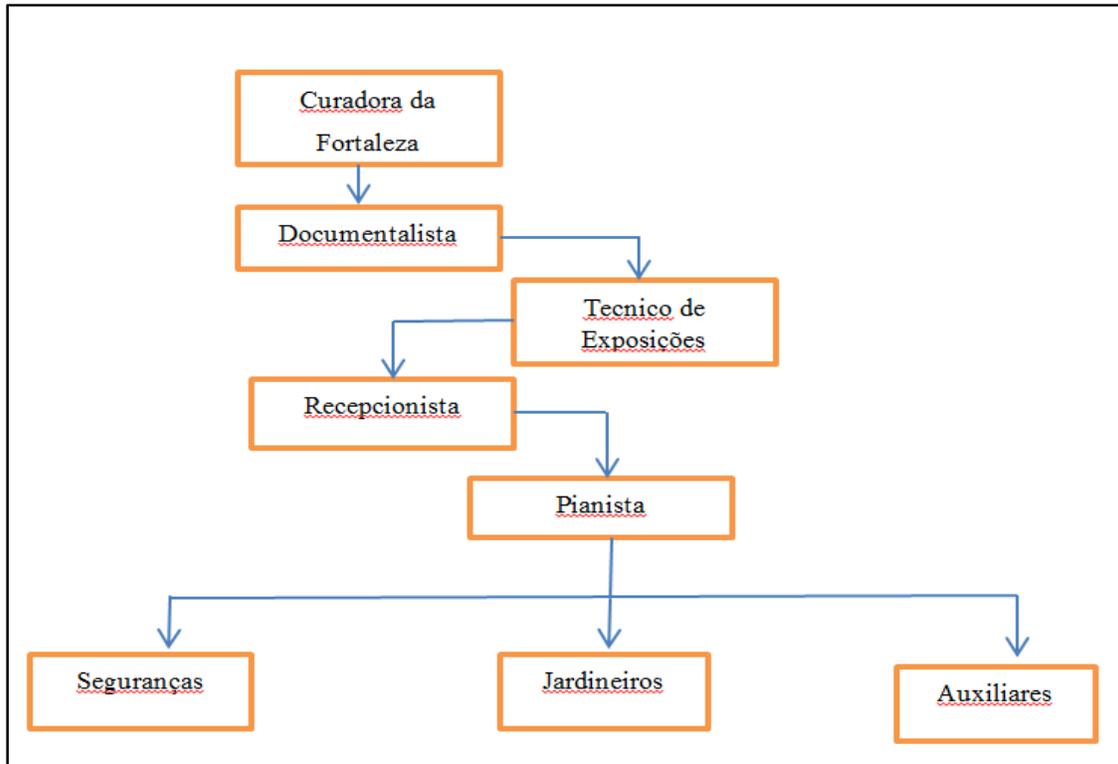


Figura 28. Quadro do pessoal na conservação e gestão da Fortaleza. (Emília Nhaguilunguane 2015).

Tendo apresentado toda a estrutura legislativa e administrativa referente a conservação e gestão da Fortaleza de Maputo, importa no subcapítulo abaixo analisar a efectividade dessas estruturas na conservação da Fortaleza de Maputo.

4.3. Efectividade do Quadro Legal e Institucional para a Conservação e Gestão da Fortaleza de Maputo

A estrutura administrativa (UEM, DC-UEM, Curadoria da Fortaleza) responsável pela gestão da Fortaleza funciona de um modo geral sem muitas deficiências o que resulta na elevada capacidade de tomada de decisão rápida em torno daquilo que são os assuntos correntes relacionados com o uso e conservação da Fortaleza de Maputo. De acordo com a Curadoria da Fortaleza, pretende melhorar o estado de conservação do imóvel, principalmente na área mais problemática (a parede que esta sobre Rua Ngungunhyane). Pretende igualmente criar mais parcerias com partes interessadas que poderão reforçar a gestão introduzindo novas visões e estratégias com vista a aumento da promoção da Fortaleza, desenvolvimento de mais actividades culturais crescentes para contribuir na auto sustentação do imóvel e o uso efectivo de instrumentos legais e normativos que estabelecem regras e princípios sobre a protecção dos bens, para a valorização, respeito e conservação do imóvel, entrevista com (Matilde Muocha, Curadora da Fortaleza de Maputo, Maputo 22/092014).

Capítulo 5. Conservação Sustentável da Fortaleza de Maputo

Em função dos elementos definidos como aspectos da conservação sustentável de um imóvel no capítulo 2, observou-se durante o trabalho do campo que a Fortaleza de Maputo apresenta-se num bom estado de preservação. O acesso ao imóvel é gratuito o que constitui um factor encorajador para todos que estejam interessados em conhecer/visitar o imóvel. Os vários usos da Fortaleza de Maputo denotam significativo papel social exercido por esta instituição. Por exemplo, a Fortaleza de Maputo é usada em aulas públicas, programas educacionais formais e informais, projectos de pesquisa, exposições museológicas e de arte, *tours* turísticos (visitas guiadas), programas multimédia. Todas estas actividades contribuem de diferentes formas para a disseminação dos diferentes valores patrimoniais associados a Fortaleza de Maputo. Acções como a colocação de placas informativas bem como a promoção da Fortaleza de Maputo através de cartazes e folhetos de roteiros turísticos, *media*, redes sociais, contribuem para melhorar a interpretação do imóvel que é um conjunto de actividades desenvolvidas com o objectivo de aumentar a consciência pública e fortalecer a sua compreensão com os locais de património cultural (Muocha 2005: 25) e apresentação sendo a comunicação do conteúdo da informação cuidadosamente planificada através de formas interpretativas e de acessos públicos aos locais de património cultural (*Ibid*). De igual modo, o enquadramento do imóvel nas acções de animação cultural constitui uma incomensurável oportunidade para os vários depositários (público em geral) do património cultural na Cidade de Maputo em particular de usufruir deste monumento.

No concernente a componente financeira para a conservação da Fortaleza de Maputo, o relatório do sector da Administração da Direcção da Cultura da UEM relativo as despesas do ano de 2013 apresenta as despesas globais para o funcionamento da Fortaleza de Maputo na ordem de 741.575,93 Mtn (Tabela 1). Todavia, as receitas que resultam das doações do Orçamento Geral do Estado (OGE) que rondam em média 556,181.95 Mtn por ano, cobrem somente 75% do valor das despesas. As restantes despesas são cobertas com valores que advém da taxa de uso cobrada na cedência do espaço para a realização de actividades como festivais, casamentos, exposições, conferências nacionais e internacionais, cocktails, entre outras (entrevista com Ana Atividade, 19 de Novembro de 2014). Por exemplo, o valor das receitas arrecadadas pela cedência de utilização da Fortaleza de Janeiro a Dezembro do ano de 2014 totaliza 633.216.00 Mtn (Tabela 2). Este valor

das receitas arrecadadas em 2014 corresponde a 114% do valor do OGE alocado para Fortaleza de Maputo em 2013.

DIREÇÃO DE CULTURA DA UEM

Relatório de Despesas realizadas com Orçamento de Estado durante o ano de 2013

NºOrd.	Mês	Descrição	Valor
1	Janeiro	Supermercado July, Lda.	7,086.75
2	Janeiro	Xerox Serviços	6,250.00
3	Janeiro	F.M.Simoes	4,473.79
4	Janeiro	F.M.Simoes	865.80
5	Janeiro	Jose C.I.T. Pinto A canalizadora	2,850.00
6	Janeiro	Agroflora, Lda.Setembro'13-F. MNM	12,820.28
7	Janeiro	Agroflora, Lda.Setembro'13- CCU	16,965.00
8	Janeiro	Agroflora, Lda.Outubro'13- CCU	16,965.00
9	Janeiro	Agroflora, Lda.Outubro'13-F-. MNM	12,938.74
10	Janeiro	Agroflora, Lda.Dezembro'13-F. CCU	16,965.00
11	Janeiro	Agroflora, Lda.Dezembro'13-F. MNM	13,118.63
12	Janeiro	Agroflora, Lda. Novembro'13-CCU	16,965.00
13	Janeiro	Agroflora, Lda. Novembro'13-F.MNM	13,118.63
14	Janeiro	Rosa Raimundo	5,000.00
15	Fevereiro	Agroflora, Lda. Janeiro'13- -CCU	16,965.00
16	Fevereiro	Agroflora, Lda. Janeiro'13- F, MNM	17,766.45
17	Fevereiro	Agroflora, Lda. Fevereiro'13 --F. MNM	13,504.73
18	Março	Armazens Mocambique, Lda.	45,828.81
19	Março	Supermercado July, Lda.	14,424.50
20	Abril	Agroflora, Lda. Marco'13 - F. MNM	13,552.99
21	Abril	NAVATO	3,012.75
22	Abril	Electrocity	23,798.00
23	Abril	Personal Computer International, Lda	28,080.00
24	Abril	Electrocity	14,223.00
25	Abril	Xerox Serviços	750.00
26	Abril	Jose C.I.T. Pinto A canalizadora	2,880.00
27	Abril	F.M.Simoes	9,283.95
28	Maio	Agroflora, Lda. Abril'13 - F. MNM	13,552.99
29	Maio	Direccao de Cultura	5,000.00
30	Maio	Agroflora, Lda. Maio'13 - F. MNM	13,504.73
31	Maio	Agroflora, Lda. Maio'13 - CCU	19,965.00
32	Junho	Casa da Sorte	6,272.50
33	Março	Cimextur	7,780.50
34	Julho	Golden Touch	1,608.75
35	Julho	Agroflora, Lda. Julhol'13 - F. MNM	13,103.10
36	Julho	Lavandaria Imperial	8,248.50
37	Julho	Golden Touch	2,308.41
38	Junho	Jose C.I.T. Pinto A canalizadora	1,950.00
39	Junho	Jose C.I.T. Pinto A canalizadora	1,950.00
40	Junho	Jose C.I.T. Pinto A canalizadora	1,260.00
41	Julho	Brithol Mivhocoma	43,500.20
42	Julho	Agroflora, Lda. Julhol'13 - F. MNM	13,372.50
43	Junho	Ciedima	12,636.00

NºOrd.	Mês	Descrição	Valor
44	Agosto	Golden Touch	347.91
45	Agosto	Sara Teixeira	5,625.00
46	Setembro	Agroflora, Lda. Julho'13 - F. MNM	13,136.16
47	Setembro	Mahomed & C ^a , Lda.	8,352.75
48	Setembro	Jose C.I.T. Pinto A canalizadora	6,590.00
49	Outubro	Agroflora, Lda. Setb.'13-CCU,F, MNM	26,184.60
50	Outubro	F.M.Simoes	13,285.00
51	Outubro	Xerox Serviços	9,375.00
52	Novembro	Golden Touch	9,497.39
53	Outubro	Jose C.I.T. Pinto A canalizadora	2,400.00
54	Novembro	Electro City	43,483.00
55	Novembro	DSS	4,985.04
56	Novembro	DCC	7,202.10
57	Novembro	Jose C.I.T. Pinto A canalizadora	4,650.00
58	Novembro	Electro City	33,141.00
59	Dezembro	Ivete Bolos Catering	36,855.00
Total.....			741,575.93

Maputo, 23 de Setembro de 2014

Tabela 1. Relatório das despesas realizadas com o OGE para a Fortaleza em 2013
(cortesia de Ana Atividade, DC-UEM, 2014).

Eventos pagos realizados na Fortaleza de Maputo no ano de 2014, Janeiro-Dezembro			
Direcção da Cultura da UEM			
Meses	Número de eventos realizados		valor arrecadado
Janeiro	1		65.8 Mtn
Fevereiro	3		118.975 Mtn
Março	2		33.218 Mtn
Abril	2		40.268 Mtn
Maio	3		45.105 Mtn
Junho	0		0
Julho	0		0
Agosto	1		57.705 Mtn
Setembro	4		49.603 Mtn
Outubro	3		38.897 Mtn
Novembro	4		105.364 Mtn
Dezembro	4		78.281 Mtn
total			633.216 Mtn

Tabela 2. Valor das receitas arrecadados pela cedência de utilização da Fortaleza de Janeiro a Dezembro de 2014 (cortesia Ana Atividade, DC-UEM, 2015).

Apesar da sustentabilidade financeira da Fortaleza de Maputo, a Técnica de Finanças da DC-UEM, Sra. Ana Atividade, alertou durante entrevista concedida no dia 19 de Novembro de 2014, para a vulnerabilidade financeira da Fortaleza de Maputo devido ao facto das receitas próprias geradas por este imóvel dependerem de muitas condicionantes. Conforme explicou a entrevistada, a cobrança de taxas de uso depende do tipo dos eventos, horas e dias requeridos e portanto não é possível antever o valor a arrecadar em cada mês ou anualmente. No caso de exposições artísticas é cobrado o valor 50 USD equivalente a 2.000,00Mts (ao câmbio de 40Mtn/USD), por sala e por dia. Para o caso de eventos como festivais, casamentos, festas de aniversário são cobrados valores entre 150 Mtn por hora. Contudo, importa igualmente frisar que a cedência do espaço nem é sempre paga. Por exemplo, actividades como exposições ou programas de caris cultural, académico, conferências ou reuniões da Universidade Eduardo Mondlane, ou outras instituições parceiras da Fortaleza, não resultam em receitas para a Fortaleza. Em alguns casos existem em contrapartida pela cedência dos espaços doações de objectos de arte, para caso de exposições artísticas ou estreitamento de laços de parceira com entidades que apoiam a Fortaleza de Maputo.

Conforme indicado no capítulo 3, a Fortaleza de Maputo constitui um importante ponto turístico na Cidade de Maputo, atraindo considerável número de visitantes. Apesar da escassez de dados estatísticos sistematizados sobre o número de visitantes ao longo dos anos, o mapa do número de visitantes do mês de Dezembro de 2014 indica que a Fortaleza de Maputo recebeu cerca de 2018 visitantes. Cerca de 70% deste número (1425 visitantes) foram estrangeiros provenientes da Europa (Portugal, Holanda, Reino Unido, Itália, Espanha e Alemanha), Ásia (China, Tailândia e Japão), América (Estados Unidos da América e Brasil) e de África (República da África do Sul). Os visitantes nacionais correspondem a cerca de 30% (593 visitantes) do número total de turistas no referido período (Tabela 3).

Nº de Ordem	Nacionais		Total	Estrangeiros		Total	Total diário	Observação
	Homem	Mulher		Homem	Mulher			
1	16	5	21	7	7	14	35	Portugueses-Visita
2	2	5	7	84	23	107	114	Chineses-Visita
3	3	3	6	20	25	45	51	Portugueses-Visita
4	9	8	17	33	115	148	165	Sul Africanos- Visita
5	8	15	23	12	1	13	36	Chineses-Visita
6	23	15	38	11	6	17	55	Holadeses-Vsita
7	10	12	22	8	7	15	37	Chineses-Visita
8	17	3	20	9	5	14	34	Portugueses-Visita
9	12	15	27	5	3	8	35	Brazileiros-visita
10	10	6	16	1	2	3	19	Chineses-Visita
11	9	7	16	2	1	3	19	Portugueses-Visita
12	4	2	6	4	3	7	13	Sul Africanos- Visita
13	11	9	20	16	12	28	48	Tailadeses-Visita
14	16	14	30	5	5	10	40	Chineses-Visita
15	11	4	15	9	5	14	29	Chineses-Visita
16	7	5	12	132	106	238	250	Sul Africanos- Visita
17	10	12	22	68	61	129	151	Britânicos-Visita
18	13	9	22	66	68	134	156	Japoneses-Visita
19	13	14	27	12	10	22	49	Italianos-Visita
20	0	0	0	0	0	0	0	<i>Não trabalhamos era festa da direcção da Cultura da UEM</i>
21	5	8	13	11	8	19	32	Espanholes-Visita
22	6	4	10	6	7	13	23	Alemanha-visita
23	11	8	19	7	10	17	36	Britânicos-Visita
24	11	6	17	11	7	18	35	Chineses-Visita
25	10	12	22	12	13	25	47	Chineses-Visita
26	14	14	28	68	48	116	144	Americanos-Visita
27	19	17	36	97	89	186	222	Sul Africanos- Visita
28	11	7	18	4	8	12	30	Holadeses-Vsita
29	6	3	9	1	3	4	13	Chineses-Visita
30	23	16	39	13	11	24	63	Portugueses-Visita
31	8	7	15	10	12	22	37	Sul Africanos- Visita
TOTAL	328	265	593	744	681	1425	2018	

Tabela 3. Mapa de visitas a Fortaleza de Maputo no mês de Dezembro de 2014 (cortesia de Azevedo Carlos Mgule, DC-UEM 2015).

A primeira ilação que se pode tirar, a partir dos dados existentes, é que sob o ponto de vista financeiro a Fortaleza de Maputo não tem beneficiado do elevado número de turistas, principalmente estrangeiros que visitam o imóvel. Portanto, contrariamente ao que normalmente se assume em relação ao contributo do turismo cultural para a conservação do património cultural, no caso da Fortaleza de Maputo o turismo não contribui financeiramente para a conservação ou gestão do imóvel pois não existe um mecanismo de arrecadação de receitas (por exemplo, bilhete de ingresso) para que o fluxo de visitantes possa então ser convertida em benefícios económicos que possam então ser usados para a conservação e gestão do imóvel. Em face deste cenário, sugere-se que a Curadoria da Fortaleza de Maputo pondere a adopção de mecanismos para a captação das potenciais receitas provenientes da actividade turística. Tais receitas poderiam então compensar a

redução ou restrição do uso da Fortaleza de Maputo para certos eventos que pela sua natureza e a hora em que os mesmos se realizam (no período da noite) acarretam algumas implicações negativas para a conservação e salvaguarda do imóvel dada as dificuldades, em parte, do pessoal afecto a Fortaleza de controlar consideráveis números de pessoas nesses eventos festivos.

Capítulo 6 - Considerações finais

O presente estudo centrou-se em torno da questão: até que ponto os diversos usos correntes da Fortaleza de Maputo contribuem para a conservação e salvaguarda dos valores patrimoniais deste imóvel? Com vista a responder a esta questão, o estudo subdividiu-se em quatro capítulos principais (excluindo a introdução e a conclusão) tendo feito o enquadramento teórico-conceitual dos principais conceitos relacionados com a temática em estudo no capítulo 2. A descrição do imóvel e avaliação do seu significado cultural no capítulo 3 permitiu compreender vários aspectos relacionados com os usos actuais da Fortaleza de Maputo bem como a proeminência dos valores socioeconómicos contemporâneas (tais como valor social e valor económico) imbuídos neste imóvel. A análise das questões referentes ao estado de conservação bem como o quadro legal e institucional para a gestão da Fortaleza de Maputo permitiram então compreender os diversos elementos que afectam a salvaguarda dos valores patrimoniais deste imóvel. Os capítulos dois, três e quatro, constituíram a base para a análise e compreensão da questão da conservação sustentável no que tange a questão financeira da Fortaleza de Maputo, apresentada no capítulo 5.

No cômputo geral, a Fortaleza de Maputo constitui um claro exemplo de um bem patrimonial cujos outros usos contribuem de certa maneira para a sua conservação e manutenção. Contudo, o estudo sugere igualmente que alguns usos da Fortaleza não se compadecem com a salvaguarda dos valores patrimoniais do imóvel. De igual modo, e apesar do quadro positivo no concernente ao balanço entre as despesas operacionais e as receitas arrecadadas de diversas fontes, o estudo revelou a existência de alguns constrangimentos para os usos e a conservação da Fortaleza seja considerada sustentável sob o ponto de vista patrimonial. De facto, pode-se dizer que parte das receitas arrecadadas pela Fortaleza derivam de actividades que muito pouco contribuem para o entendimento e promoção do significado cultural do imóvel. Por outro lado, o grande potencial turístico que se reflecte no número de visitantes, principalmente estrangeiros, não se traduz em receitas para a Fortaleza de Maputo. Portanto, existe uma desconexão entre o turismo cultural e a geração de receitas para a conservação e gestão do imóvel.

O estudo conclui igualmente que a gestão da Fortaleza de Maputo está ainda muito centrada na instituição gestora (Curadoria da Fortaleza de Maputo) e os níveis de participação dos diversos segmentos das comunidades locais na Cidade de Maputo ainda é muito reduzido. Este facto é

ilustrado pelo reduzido número de visitantes nacionais ao imóvel bem como pela quase falta de informação sobre o significado cultural da Fortaleza de Maputo por parte de alguns membros que exercem actividades diárias ao redor da Fortaleza de Maputo no dia-a-dia. Por outro lado, as limitações em aspectos de conservação do imóvel estão também associadas a fragilidade do quadro de pessoal afecto a Fortaleza de Maputo. A falta de técnicos especializados na área de conservação e restauro para responder as necessidades de manutenção do imóvel constitui um dos principais problemas, limitando a manutenção regular e desejável do imóvel visto que as intervenções especializadas só podem ter lugar dependendo da disponibilidade de fundos para a contratação de técnicos especializados em muitos casos provenientes do estrangeiro.

Neste contexto, são aqui avançados alguns elementos a ter em conta para a adopção de uma estratégia que permita a conservação, exploração e gestão deste imóvel numa visão sustentável, no entanto, o estudo sugere que haja:

- a) Sensibilização e encorajamento da participação da comunidade local de modo a cooperar no uso do espaço de uma forma positiva e activa para garantir a conservação sustentável da Fortaleza de Maputo, através duma negociação com o conselho municipal de um novo espaço para o derrame das águas e do lixo;
- b) Criação de um mecanismo de gestão que canalize as receitas provenientes da actividade turística para a conservação do imóvel, através de determinação de um preço de ingresso para a visita do imóvel, diferenciando o preçário dos turistas com o dos visitantes nacionais e com o dos estudantes, afixando a taxa de preçário logo na vitrina da entrada do imóvel, para o conhecimento dos demais visitantes, cabendo a Curadoria da Fortaleza de Maputo emitir uma proposta as instituições administrativas do imóvel (UEM,DC-UEM);
- c) Contratar quadros qualificados permanentes da área de conservação e manutenção, com vista a controlar, manter e recuperar todas as áreas do imóvel que necessitam desses níveis de intervenção, garantindo assim a integridade do mesmo e dos objectos que dele fazem parte, cabe a (UEM, DC-UEM);

A preocupação com o futuro da conservação sustentável dos bens patrimoniais imóveis, sendo que este sector tem um papel fundamental nos modos de habitar do ser humano, no desenvolvimento das sociedades, do próprio país e no contexto das gerações futuras usufruírem dos mesmos, traz

para os diversos sectores da área vários debates sobre a conservação de práticas sustentáveis para a preservação do património imóvel. Pretende-se que as recomendações resultantes deste estudo constituam um contributo para a sistematização da informação aplicável na conservação sustentável do património imóvel/ Fortaleza de Maputo e oriente um futuro programa a nível dos bens imóveis noutras regiões do país. Tais estudos, seriam uma mais valia para uma análise mais profunda da temática da conservação sustentável do património imóvel em Moçambique.

Referências Bibliográficas

Arantes, A. A. 2006. *O património cultural e seus usos: a dimensão urbana* nº1. Vol. 4. Pp. 425-435. Goiânia.

Barreto, I. S. L. J. 2011. *Construção de heróis nacionais em Portugal e Moçambique: os casos de Mouzinho de Albuquerque e Ngungunhana*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH.

Burra, C. 1999. *The Australian ICOMOS. Charter for the Conservation of Places of Cultural Significance*. Australia: ICOMOS.

Cabaço, J. L. O. 2007. *Moçambique: Identidade, Colonialismo e Libertação*. Tese (Doutorado Programa de Antropologia Social), Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

Caldeira. et al. 2010. *Tecnologias para Reabilitação: Fortaleza Nossa Senhora de Conceição*. Maputo: Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico (FAPF) da Universidade Eduardo Mondlane.

De La Torre, 2002. *Assessing the Values of Reporter. The Getty Conservation*. Institute Los Angeles.

Filipe, K. 2006. *Património vivo em Inhambane: Distrito de Vilanculos, 1992-2004*. Tese de Licenciatura. Maputo: DH/UEM.

Figueiredo, A. M. L. 2005. *A Função Turística do Património: Questionamentos sobre a Ideia de Sustentabilidade do Turismo Cultural* n°4.Vol. 5. São Paulo.

Gomes, C. A. 2011. *O Preço da Memória: a Sustentabilidade do Património Cultural Edificado*. Universidade Nova de Lisboa.

Guedes, 2011. *Arquitectura Sustentável em Moçambique. Manual de boas Práticas*. CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) www.cplp.org. 7/09/2014. Maputo.

ICOMOS. 1999. *Charter for Places of Cultural Significance, with associated Guidelines and code on the Ethics of Co-existence*. International Council of Monuments and Sites: Austrália ICOMOS.

In Revista de Bordo das Linhas Aéreas de Moçambique. 2010. *Conheça Moçambique e sua Cultura*. II edição. Maputo.

Jopela, A. 2014. Definição de conceitos-chave/ Definição do Significado Cultural do Património Cultural Imóvel. In Jopela, A. (Coord.) *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique*. Maputo: Ministério da Cultura-Direcção Nacional do Património Cultural.

Lage, L. & Carilho, J (Coord) 2010. *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: catálogo de edifícios e conjuntos urbanos propostos para classificação*. Maputo: FAPF.

Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro, que determina a protecção Legal dos Bens Materiais e Imateriais do Património Cultural moçambicano. *Boletim da República* nº 51 (I).

Lei nº 4/ 2004 de 17 de Junho, que estabelece o quadro legal para o fomento e exercício das actividades turísticas. *Boletim da República* nº 24 (I).

Lima, A. P. 1966. *Edifícios Históricos de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Editora Livraria e Topografia académica.

Lobatos, A. 1948. *História da Fundação de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Edições da Revista Lusitania.

Macamo, S. 2007. *Breves notas de reflexão sobre Património Edificado da Baixa de Maputo*. Maputo: Direcção Nacional do Património Cultural (DNPC).

MEC-INDE, 2007. *Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG) – Documento Orientador, Objectivos, Políticas, Estrutura, Planos de Estudo e Estratégias de Implementação*. Maputo: Imprensa Universitária da UEM.

Ministério da Educação e Cultura, 2007. *Colectânea da Legislação Cultural de Moçambique*. I Edição. Maputo: DINAC/MEC.

Muocha, M. 2005. *O Uso das Placas para a Identificação do Património Arqueológico: Estudo de caso das Estações Arqueológicas do Distrito de Vilanculos, 1943- 2004*. Tese de Licenciatura. Maputo: DH/UEM.

Mucavele, E. 2012. *Estratégias de Preservação, Conservação e Valorização do Património Cultural Edificado da Baixa da Cidade de Maputo*. Tese de Licenciatura. Maputo: DH/UEM.

Ndoro, W. 2001. *Your Monument our Shrine: The Preservation of Great Zimbabwe*. Uppsala University: Department of Archaeology and Ancient History.

Osterwalder, A. 2010. *Business Model Generation*. University of Lausanne.

Oliveira, O. R. 1965. *Breve Notícia sobre a História da Fortaleza de Nossa Senhora de Conceição de Lourenço Marques*. Vol. 35. Lourenço Marques.

Pérez, X. P. 2009. *Turismo Cultural: uma Visão Antropológica*. coleção pasos, nº2 El Sauzal. Tenerife.

Resolução nº 12/ 2010 de 2 de Junho, que aprova a Política de Monumentos. *Boletim da República* nº22 (I).

Resolução nº 11/ 2010 de 2 de Junho, que aprova a política de museus. *Boletim da República* nº22 (I).

Robinson, M. & Picard, D. 2006. *Culture, Tourism and Development*. UNESCO.

Silva, J. A. 1945. *A Praça de Nossa Senhora de Conceição em Lourenço Marques e o projecto da sua reconstituição*. In Moçambique documentário trimestral nº45. Lourenço Marques.

Stovel, H. 2007. *Effective Use of Authenticity and Integrity as World Heritage Qualifying Conditions*. Pp. 21-36. CECI.

UNESCO, 2005. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris: World Heritage Centre.

UNESCO, et al. 2013. *Managing Cultural World Heritage, published in November 2013 by the United Nations Educational, scientific and cultural organization* 7, place de Fontenoy.

WCED, 1987. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (Google académico, <https://www.google.académico.com/MeioAmbiente/>, acessado á 27/8/2015).

Zancheti, et al. 2008. *A Construção da Significância Cultural nos Processos de Conservação Urbana*. São Paulo: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CEACI).

Lista dos Entrevistados

Matilde Muocha, Curadora da Fortaleza de Maputo. Cidade de Maputo. 22 de Agosto de 2014.

Alda Costa, Directora da Direcção da Cultura da Universidade Eduardo Mondlane (DC- UEM) Cidade de Maputo. 23 de Agosto de 2014.

Ana Atividade, Técnica das finanças da direcção da Cultura da Universidade Eduardo Mondlane (DC- UEM) Cidade de Maputo. 28 de Setembro de 2015.

Paulo Danubio, polidor de carro e vendedor do Artesanato na Praça 25 de Junho, Cidade de Maputo. 19 de Agosto de 2014.

Bernadete Sampaio, turista na Fortaleza de Maputo, vindo de Portugal. 6 de Setembro de 2014.

Anexos

GUIÃO DE ENTREVISTAS

PARTE I – IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISADORA

Título do Projecto: *Preservação e Sustentabilidade do Património Cultural Imóvel na Cidade de Maputo: o Caso da Fortaleza da Nossa Senhora de Conceição*

Âmbito do Projecto: Pesquisa desenvolvida no âmbito do trabalho de culminação dos estudos no curso de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural.

Instituição: Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA), Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Investigadora: Emília José Nhaguilunguane

Telefone: 828221675

Email: emilia.nhaguilunguane@gmail.com

PARTE II – Identificação do entrevistado

Nome:

Idade:

Sexo:

Nacionalidade (só para os visitantes):

Ocupação/profissão:

Local de residência:

Local da entrevista:

PARTE III – Parte Interessada, objectivo da Entrevista e Questionário

Parte interessada (a ser entrevistada)	Objectivo da entrevista (tipo de informação que pretende obter).	Questionário (perguntas que constituem corpo da entrevista semiestruturada, numa média de 6 questões por entrevistado).
1. Curadoria da Fortaleza de Maputo	<p>- Perceber as questões referentes a conservação e gestão da Fortaleza no que concerne aos usos correntes;</p> <p>- Identificar várias actividades, programas, e estratégias que têm sido realizadas para a conservação e disseminação da Fortaleza.</p>	<p>1. Uma vez que este é um bem sem fins lucrativos, quais são as acções que tem realizado para garantir a conservação sustentável do imóvel?</p> <p>2. Quais as fontes de receitas da Fortaleza e as despesas que a mesma tem para manter-se?</p> <p>3. Quando é que a Fortaleza é mais visitada e porquê?</p> <p>4. Quais são as estratégias que a Fortaleza tem usado para a conservação e promoção da Fortaleza?</p>
2. Direcção de Cultura da UEM	<p>-A evolução do imóvel e entender as funções que a instituição tem para com a Fortaleza;</p> <p>- Entender as estratégias usadas para a conservação sustentável e gestão da Fortaleza;</p>	<p>1. Sendo a instituição que tutela a Fortaleza, gostaria de saber, quando surgiu a ideia de estar a guarda da Fortaleza?</p> <p>2. Qual é a importância da Fortaleza?</p> <p>3. No organigrama do funcionamento da Fortaleza, quais são as funções, responsabilidades da direcção de Cultura da UEM para com a Fortaleza?</p> <p>4. Sobre a questão financeira para a conservação sustentável da Fortaleza: quais são os custos operacionais /administrativos? Quem custeia? É rentável?</p> <p>5. Quais são as estratégias usadas para a conservação e gestão da Fortaleza?</p>
3. Direcção Nacional do Património Cultural	<p>- Procurar entender o papel da DNPC enquanto entidade reguladora do sector do património;</p> <p>- Entender vários problemas causados pelos usos atribuídos aos bens patrimoniais edificados.</p>	<p>1. Como a DNPC olha ou entende a questão da sustentabilidade relacionada a conservação do património cultural edificado?</p>

<p>4. Indivíduos com Actividades ao redor da Fortaleza (vendedores, polidores de viaturas)</p>	<p>- Buscar vários pontos de vistas referentes a importância do monumento;</p>	<p>1. O que a Fortaleza representa no seu ponto de vista? 2. Já entrou na Fortaleza para visitar e saber um pouco da História do imóvel? 3. A Fortaleza traz alguns benefícios para ti, como sendo comerciante desta área?</p>
<p>5. Visitantes/turistas da Fortaleza</p>	<p>O objectivo desta entrevista, é procurar saber as razões da visita à Fortaleza.</p>	<p>1. O que te levou a visitar a Fortaleza? 2. Qual é a sua opinião em torno da visita?</p>